

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A

**Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

Com Relatório dos Auditores Independentes

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	01	
BALANÇO PATRIMONIAL	05	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	06	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	07	
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	08	
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	09	
1	CONTEXTO OPERACIONAL	10
2	SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	10
3	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	11
4	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	12
5	CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	15
6	IMOBILIZADO	17
7	INTANGÍVEL	20
8	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	21
9	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	24
10	TRIBUTOS A RECOLHER	26
11	TRIBUTOS DIFERIDOS	27
12	PROVISÃO PARA LITÍGIOS	28
13	OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	29
14	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
15	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	33
16	COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CCEE	34
17	PESSOAL E ADMINISTRADORES	34
18	RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO	35
19	REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO	36
20	CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS REGULATÓRIOS E SOCIETÁRIOS	39
21	BALANÇO PATRIMONIAL	39
22	CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	45
23	CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	45
24	EVENTOS SUBSEQUENTES	45



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil

Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.
Maceió - AL

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

A Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 25 de março de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 29 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in black ink that reads 'Nathália Araújo Domingues'. The signature is written in a cursive style with a large initial 'N'.

Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)



	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo circulante				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	9.3	235.187	52.351	Passivo circulante			
Consumidores	5	635.531	677.976	Fornecedores		311.544	317.027
Concessionárias e permissionárias	5	6.798	4.622	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	459.016	636.111
Serviços em curso		57.280	73.934	Obrigações sociais e trabalhistas		24.230	18.308
Tributos compensáveis		212.857	125.437	Tributos a recolher	10	153.197	86.610
Provisões para litígios	12	296	336	Provisões para litígios	12	6.752	9.420
Almoarifado operacional		23.053	16.900	Dividendos declarados	14.4	66.622	63.159
Investimentos temporários	9.3	778.030	686.086	Encargos setoriais		36.477	57.107
Ativos financeiros setoriais	8	332.710	202.278	Passivos financeiros setoriais	8	372.729	248.181
Despesas pagas antecipadamente		5.292	4.701	Instrumentos financeiros derivativos	9.4	2.832	-
Encargos setoriais a compensar		-	-	Outros passivos circulantes		182.115	183.219
Instrumentos financeiros derivativos	9.4	5.926	110.344	Total do passivo circulante		1.615.514	1.619.142
Outros ativos circulantes		141.187	133.925				
Total do ativo circulante		2.434.147	2.088.890	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	2.751.065	2.074.633
Consumidores	5	192.114	189.191	Benefício pós-emprego	9	99.806	96.377
Serviços em curso		5.314	7.977	Tributos	10	1.434	2.050
Tributos compensáveis		81.377	77.213	Provisões para litígios	12	143.353	159.954
Provisões para litígios	12	25.712	35.391	Encargos setoriais		8.144	7.742
Tributos diferidos	11	543.262	594.166	Tributos diferidos	11	219.641	281.915
Plano de aposentadoria e pensão (Benefício pós-emprego)	9	15.008	4.342	Passivos financeiros setoriais	8	111.387	48.630
Ativos financeiros setoriais	8	127.639	28.272	Instrumentos financeiros derivativos	9.4	114.401	-
Despesas pagas antecipadamente		1.302	38	Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	13	351.606	392.667
Instrumentos financeiros derivativos	9.4	600	59.952	Outros passivos não circulantes		176.540	185.522
Outros ativos não circulantes		-	5	Total do passivo não circulante		3.977.377	3.249.490
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		5.837	6.115	Patrimônio líquido	14		
Imobilizado	6	3.793.877	3.401.689	Capital social		605.780	605.780
Intangível	7	112.876	96.287	Reservas de capital		15.023	14.008
Total do ativo não circulante		4.904.918	4.500.638	Outros resultados abrangentes		187.756	189.316
				Reservas de Lucro		937.615	911.792
				Total do patrimônio líquido		1.746.174	1.720.896
Total do Ativo		7.339.065	6.589.528	Total do passivo e patrimônio líquido		7.339.065	6.589.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de real)



	Notas	2025	2024
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso	15	3.955.241	3.821.818
Fornecimento de energia elétrica		2.995.484	3.215.832
Suprimento de energia elétrica		122.256	70.690
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		290.024	263.305
Ativos e passivos financeiros setoriais		57.083	(131.559)
Serviços cobráveis		3.480	3.434
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		486.914	400.116
Outras receitas		-	-
Tributos		(944.396)	(939.518)
ICMS		(651.522)	(653.986)
PIS-PASEP		(52.057)	(52.548)
COFINS		(239.782)	(231.978)
ISS		(1.035)	(1.006)
Encargos - Parcela "A"		(276.817)	(345.694)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(14.200)	(12.683)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(14.092)	(12.683)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(242.753)	(311.011)
Taxa de fiscalização		(3.653)	(3.370)
Outros encargos		(2.119)	(5.947)
Receita líquida / Ingresso líquido		2.734.028	2.536.606
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(1.572.527)	(1.502.019)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.188.055)	(1.102.728)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(384.472)	(399.291)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		1.161.501	1.034.587
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(632.803)	(569.189)
Pessoal e administradores	17	(126.475)	(90.241)
Material		(18.228)	(23.025)
Serviços de terceiros		(179.967)	(218.568)
Arrendamento e aluguéis		(3.267)	(2.401)
Seguros		(579)	(434)
Doações, contribuições e subvenções		(2.365)	(2.410)
Provisões		(81.231)	(74.373)
Perdas na alienação de bens e direitos		(46.165)	(33.531)
(-) Recuperação de despesas		9.377	12.172
Tributos		(2.264)	(1.620)
Depreciação e amortização		(190.079)	(162.959)
Gastos diversos		(26.188)	(29.721)
Outras receitas operacionais		50.584	65.469
Outras gastos operacionais		(15.956)	(7.547)
Resultado da Atividade		528.698	465.398
Resultado Financeiro		(227.723)	(140.046)
Despesas financeiras		(721.371)	(529.271)
Receitas financeiras		493.648	389.225
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		300.975	325.352
Despesa com impostos sobre o lucro		(71.214)	(53.287)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	4.300	(51.620)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(75.514)	(1.667)
Resultado líquido do exercício		229.761	272.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de real)



	2025	2024
Lucro líquido do exercício	229.761	272.065
Outros resultados abrangentes		
Reserva de reavaliação líquida de tributos	(28.723)	151.252
Resultados abrangentes (<i>hedge</i> e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferid)	14.898	(31.255)
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	(13.825)	119.997
Total resultados abrangentes	215.936	392.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)



	Nota	Capital social	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes		Reservas de lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
				Outros	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Reserva de dividendos adicionais		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		605.780	13.312	(186.847)	243.900	676.550	173.581	-	1.526.276
Valor justo das opções de compra - Vesting Period		-	696	-	-	-	-	-	696
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	272.065	272.065
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	-	-	-	41.791	41.791
Resultado abrangente do exercício									
Ganhos atuariais		-	-	(6.034)	-	-	-	-	(6.034)
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa		-	-	(25.221)	-	-	-	-	(25.221)
Reavaliação compulsória regulatória		-	-	-	230.312	(3.519)	-	-	226.793
Tributos diferidos sobre reserva de reavaliação compulsória		-	-	(79.060)	-	-	-	-	(79.060)
Destinação Proposta à A.G.O.:									
Constituição da reserva legal	14.2	-	-	-	-	12.705	-	(12.705)	-
Reserva de incentivos fiscais	14.2	-	-	-	-	59.752	-	(59.752)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.4	-	-	-	-	-	-	(60.349)	(60.349)
Dividendos adicionais distribuídos 2023	14.4	-	-	-	-	-	(173.581)	-	(173.581)
Dividendos adicionais propostos 2024	14.4	-	-	-	-	-	168.784	(168.784)	-
Realização do AIC		-	-	12.266	-	-	-	(12.266)	-
Realização da reserva estatutária de reforço de capital de giro	14.2	-	-	-	-	(39)	39	-	-
Realização da reservas		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de outras reservas de lucros	14.2	-	-	-	-	(2.480)	-	-	(2.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		605.780	14.008	(284.896)	474.212	742.969	168.823	-	1.720.896
Valor justo das opções de compra - Vesting Period		-	1.015	-	-	-	-	-	1.015
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	229.761	229.761
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	-	-	-	53.272	53.272
Resultado abrangente do exercício									
Ganhos atuariais		-	-	7.961	-	-	-	-	7.961
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa		-	-	6.937	-	-	-	-	6.937
Reavaliação compulsória regulatória		-	-	-	(43.469)	(9.803)	-	-	(53.272)
Tributos diferidos sobre reserva de reavaliação compulsória		-	-	14.746	-	-	-	-	14.746
Destinação Proposta à A.G.O.:									
Constituição da reserva legal	14.2	-	-	-	-	11.789	-	(11.789)	-
Reserva de incentivos fiscais	14.2	-	-	-	-	47.261	-	(47.261)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.4	-	-	-	-	-	-	(55.996)	(55.996)
Dividendos adicionais distribuídos 2024	14.4	-	-	-	-	-	(168.823)	-	(168.823)
Dividendos adicionais propostos 2025	14.4	-	-	-	-	-	142	(142)	-
Realização do AIC		-	-	12.265	-	-	-	(12.265)	-
Realização da reserva estatutária de reforço de capital de giro	14.2	-	-	-	-	155.580	-	(155.580)	-
Realização da reservas		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de outras reservas de lucros	14.2	-	-	-	-	(10.323)	-	-	(10.323)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		605.780	15.023	(242.987)	430.743	937.473	142	-	1.746.174

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)



	2025	2024
Lucro líquido do exercício	229.761	272.065
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalente de caixa		
Amortização/Depreciação	190.079	162.959
Juros e variações monetárias	7.412	407.061
Baixas no intangível/ ativo imobilizado	(32.323)	(25.883)
Ativos/passivos financeiros setoriais	(44.933)	130.722
Provisão para litígios	21.749	25.525
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perda com créditos incobr:	53.509	48.738
Imposto de renda e contribuição social	71.214	53.287
Ajuste a valor presente	(4.462)	(6.798)
Resultado em <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	354.515	(202.361)
Rendimentos de investimentos temporários	(114.335)	(41.810)
Obrigações Pós-Emprego	12.995	9.164
Valor justo das opções de compra	9.144	(2.137)
Reversão/provisão para perda de estoque	9.964	540
Provisão e atualização de encargos setoriais	28.182	26.094
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	108	159
Encargos de geração distribuída	-	(2.091)
Participação de lucros	20.492	12.934
Proventos excedentes	53.272	41.791
Subtotal	866.343	909.959
Redução (aumentos) de ativos		
Consumidores	(9.525)	6.714
Concessionários e permissionárias	(2.176)	(2.553)
Almoxarifado operacional	(6.153)	(9.271)
Tributos compensáveis	(91.692)	(17.317)
Serviços em curso	43.798	(9.676)
Benefício pós-emprego	(11.674)	(109)
Outros ativos circulantes	(7.257)	(17.676)
Despesas pagas antecipadamente	(1.855)	(372)
Depósitos vinculados a litígios	9.719	4.909
Subtotal	(76.815)	(45.351)
Redução (aumentos) de passivos		
Fornecedores	(5.483)	(30.503)
Benefício e obrigações pós emprego	(8.558)	1.975
Tributos e contribuição social	(69.796)	(10.023)
Tributos diferidos	12.064	(5.420)
Salários e encargos sociais	(14.570)	(45.517)
Provisão para litígios	(41.018)	(31.501)
Passivos financeiros setoriais	2.439	13.995
Encargos setoriais	(72.891)	(52.643)
Outros passivos	(18.215)	72.527
Subtotal	(216.028)	(87.110)
Rendimentos de aplicações financeiras	114.335	41.810
Imposto de renda e contribuição social pagos	60.253	(14.864)
Juros pagos	(263.139)	(163.728)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	484.949	640.716
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições no ativo imobilizado	(633.168)	(417.901)
Aquisições no ativo intangível	(31.962)	(31.203)
Obrigações vinculadas a concessão	144	11.631
Resgates (aplicações) financeiros	(91.944)	(476.976)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(756.930)	(914.449)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(759.990)	(50.603)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.446.486	622.900
Dividendos Pagos	(231.679)	(278.585)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	454.817	293.712
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	182.836	19.979
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	52.351	32.372
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>235.187</u>	<u>52.351</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	182.836	19.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1 Contexto operacional

A Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. ("Outorgada, Companhia" ou "Equatorial Alagoas"), sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na avenida Fernandes Lima, 3349, bairro Gruta de Lourdes, na cidade Maceió, Estado de Alagoas, controlada pela Equatorial S.A. ("Controladora"). A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o estado de Alagoas com 27.848 km²(*), atendendo, em 31 de dezembro de 2025, 1.420.757(*) consumidores sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 07/2001, firmado com a ANEEL em 12 de fevereiro de 2001, a Companhia detinha concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do estado de Alagoas, cuja vigência se encerrou em 07 de julho de 2015.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A partir de então, a Companhia passou a operar como prestadora de serviço de distribuição de energia elétrica designada, conforme Portaria nº 388/2016 do MME. Neste período, a Companhia foi gerida pela Eletrobrás (o antigo controlador) e, para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR).

Em 19 de março de 2019, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 002/2019 - ANEEL, com interveniência e anuência da Equatorial S.A., como acionista controlador, cujo prazo da concessão é de 30 anos, com vigência até 18 de março de 2049, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (Custos da Parcela A); e (2) uma parcela de custos operacionais (Custos da Parcela B).

Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (Ajuste Escalar) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Companhia pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica são atribuições do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 20 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários.

Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Companhia em 29 de abril de 2026.

4 Principais políticas contábeis regulatórias

As políticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias apresentadas na nota explicativa nº 3 emitidas em 25 de março de 2026, exceto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, OCPC 05 – Contrato de concessão, ICPC 01(R1) – Contrato de Concessão e quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1 Ativos e passivos financeiros setoriais

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão.

Os ativos e passivos financeiros setoriais serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

4.2 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2020. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.3 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no MCSE. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Companhia tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

4.4 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



4.5 Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos da União, Estado e Município consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

4.6 Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 2024, com base no Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 30 de abril de 2024.

4.7 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é faturada.

A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



5 Consumidores, concessionárias e permissionárias

5.1 Composição do contas a receber

Descrição - R\$ Mil	Valores renegociados																	2025	2024
	Corrente a vencer		Corrente vencida					Provisão p/ devedores duvidosos	Renegociada a vencer			Renegociada Vencida					Provisão p/ devedores duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	(-) Ajuste a Valor Presente	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Fornecimento de energia	382.853	2.894	70.025	18.487	13.369	29.893	204.533	(190.606)	80.203	374.685	(106.785)	2.562	2.534	4.966	8.294	66.819	(130.283)	827.645	867.167
Residencial	90.810	1.206	46.949	10.800	7.900	16.646	95.222	(80.996)	6.537	22.756	(470)	1.059	1.099	1.430	2.904	33.484	(39.007)	218.329	236.141
Industrial	21.427	135	1.519	104	182	481	4.443	(3.983)	40.179	267	-	8	3	9	20	713	(10.667)	54.840	55.244
Comercial	52.357	1.256	7.442	3.364	2.432	5.017	41.767	(33.988)	20.271	241.987	(94.820)	929	992	2.384	3.670	16.793	(37.515)	234.338	258.747
Rural	12.111	176	2.094	666	494	1.364	5.928	(5.320)	1.230	1.114	(6)	107	84	63	128	1.149	(1.739)	19.643	21.742
Poderes Públicos	19.640	121	10.115	2.424	1.563	3.298	14.641	(13.110)	9.861	70.807	(8.058)	411	321	1.072	1.564	12.945	(30.775)	96.840	94.132
Iluminação Pública	12.560	-	77	469	111	1.368	27.951	(21.709)	1.545	20.106	(3.431)	2	1	4	8	885	(5.293)	34.654	39.350
Serviço Público	12.386	-	1.829	660	687	1.719	14.581	(11.431)	580	17.648	-	46	34	4	-	850	(5.287)	34.306	39.602
Serviço Taxado	995	-	-	-	-	-	-	(444)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	551	661
Fornecimento Não Faturado	70.776	-	-	-	-	-	-	(1.784)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68.992	67.436
(-) Arrecadação Processo Classif. e outros	8.292	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.292	54.112
Outros	74.701	-	-	-	-	-	-	(17.841)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56.860	-
Consumidores total																		827.645	867.167
Consumidores Circulante																		635.531	677.976
Consumidores não circulante																		192.114	189.191
Suprimento de energia	6.798	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.798	4.622
Concessionárias e permissionárias total	6.798	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.798	4.622
Total	382.853	2.894	70.025	18.487	13.369	29.893	204.533	(190.606)	80.203	374.685	(106.785)	2.562	2.534	4.966	8.294	66.819	(130.283)	834.443	871.789

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



5.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

5.2.1 Critérios

A Companhia adota metodologia de estimativa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com base no risco de crédito dos valores a receber, segregados por faixa de atraso (aging list). A estimativa considera a experiência histórica de perdas, apurada a partir do histórico de recebimento dos últimos cinco anos e do faturamento dos 36 meses anteriores, resultando em uma matriz de provisão que reflete o comportamento de pagamento e a inadimplência dos consumidores.

Parcelamentos relevantes com garantias contratuais são avaliados individualmente quanto ao risco de crédito e submetidos à governança da alta administração. Os ativos financeiros sem expectativa razoável de recuperação são baixados do valor contábil bruto, sendo os títulos vencidos há mais de cinco anos baixados integralmente. Não é esperada recuperação relevante dos valores baixados, sem prejuízo da adoção de medidas de cobrança.

5.2.2 Movimentação do saldo

	2024	Provisões/ Reversões(b)	Baixas	2025
Contas a receber de consumidores faturados	(156.765)	(32.692)	18.920	(170.537)
Parcelamentos	(125.867)	(12.253)	7.837	(130.283)
Contas a receber de consumidores não faturados	(2.323)	539	-	(1.784)
Outras(a)	(15.084)	(3.011)	(190)	(18.285)
Total	(300.039)	(47.417)	26.567	(320.889)

- a) A rubrica de outras perdas esmadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 07 de dezembro de 2021; e
- b) A movimentação líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, gerou uma provisão, no montante de R\$ 47.417, com impacto no resultado operacional e no resultado financeiro de R\$ R\$ 47.044 e R\$ 373, respectivamente.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



6 Imobilizado

A Composição do Imobilizado é conforme demonstrado a seguir:

	Valor bruto em 2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor bruto em 2025	Adições líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024	Obrigações Especiais brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais líquidas
Ativo imobilizado em serviço - R\$ Mil													
Distribuição	5.876.750	-	(80.921)	489.083	2.498	6.287.410	408.162	(2.941.611)	3.345.799	3.083.595	(955.546)	609.087	(346.459)
Terrenos	49.501	-	(167)	4.323	-	53.657	4.156	-	53.657	49.501	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	111.526	-	(412)	6.292	2.129	119.535	5.880	(65.231)	54.304	48.817	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	5.713.887	-	(80.342)	476.672	(17)	6.110.200	396.330	(2.875.157)	3.235.043	2.984.322	-	-	-
Veículos	-	-	-	821	41	862	821	(150)	712	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	1.836	-	-	975	345	3.156	975	(1.073)	2.083	955	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(955.546)	609.087	(346.459)
Administração	105.898	-	(1.331)	16.741	(2.157)	119.151	15.410	(64.655)	54.496	46.302	(28)	-	(28)
Terrenos	622	-	-	-	(109)	513	-	(47)	466	128	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	28.846	-	-	2.131	(1.662)	29.315	2.131	(12.697)	16.618	16.431	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	62.368	-	-	10.494	-	72.862	10.494	(42.873)	29.989	23.871	-	-	-
Veículos	10.862	-	(1.331)	3.285	(41)	12.775	1.954	(7.787)	4.988	3.725	(28)	-	(28)
Móveis e Utensílios	3.200	-	-	831	(345)	3.686	831	(1.251)	2.435	2.147	-	-	-
Subtotal	5.982.648	-	(82.252)	505.824	341	6.406.561	423.572	(3.006.266)	3.400.295	3.129.897	(955.574)	609.087	(346.487)
Ativo imobilizado em curso - R\$ Mil													
Distribuição	232.491	610.210	-	(488.474)	-	354.227	121.736	-	354.227	232.491	(5.119)	-	(5.119)
Máquinas e Equipamentos	157.831	572.827	-	(476.461)	-	254.197	96.366	-	254.197	157.831	-	-	-
Outros	74.660	37.383	-	(12.013)	-	100.030	25.370	-	100.030	74.660	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.119)	-	(5.119)
Administração	39.301	17.464	-	(17.410)	-	39.355	54	-	39.355	39.301	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	25.253	8.652	-	(10.519)	-	23.386	(1.867)	-	23.386	25.253	-	-	-
Outros	14.048	8.812	-	(6.891)	-	15.969	1.921	-	15.969	14.048	-	-	-
Subtotal	271.792	627.674	-	(505.884)	-	393.582	121.790	-	393.582	271.792	(5.119)	-	(5.119)
Total do Ativo Imobilizado	6.254.440	627.674	(82.252)	(60)	341	6.800.143	545.362	(3.006.266)	3.793.877	3.401.689	(960.693)	609.087	(351.606)

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



A composição da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição é conforme demonstrado a seguir:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação e Amortização acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Em serviço					
Distribuição	3,99%	6.287.410	(2.941.611)	3.345.799	3.083.595
Custo Histórico		3.976.743	(1.164.376)	2.812.367	2.487.038
Reavaliação		2.310.667	(1.777.235)	533.432	596.557
Administração	8,91%	119.151	(64.655)	54.496	46.302
Custo Histórico		94.559	(44.115)	50.444	40.787
Reavaliação		24.592	(20.540)	4.052	5.515
Subtotal em serviço		6.406.561	(3.006.266)	3.400.295	3.129.897
Em curso - R\$ Mil					
Distribuição		354.227	-	354.227	232.491
Administração		39.355	-	39.355	39.301
Subtotal em curso		393.582	-	393.582	271.792
Total		6.800.143	(3.006.266)	3.793.877	3.401.689

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é conforme demonstrado a seguir:

Adições do ativo imobilizado em curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	129	129
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	167	9.882	1.332	-	25	11.406
Máquinas e Equipamentos	268.336	240.528	68.236	4.470	(91)	581.479
Móveis e Utensílios	4	-	-	-	18	22
Material em Depósito	39.400	-	-	-	-	39.400
Adiantamento a Fornecedores	(82)	(178)	-	-	-	(260)
Veículos	6.114	-	-	-	193	6.307
Outros(a)	(3.269)	-	-	-	(7.540)	(10.809)
Total	310.670	250.232	69.568	4.470	(7.266)	627.674

- (a) O movimento de adição de saldo negativo no exercício de 2025 refere-se ao saldo de Provisão de Estoques e Obras, realizado durante o exercício.

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	Taxas anuais de depreciação (%)
CONDUTOR INFERIOR A 69 KV	3,57%
CONDUTOR SUPERIOR A 69 KV	2,70%
ESTRUTURA (POSTE)	3,57%
MEDIDOR ELETRONICO	7,69%
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO	4,00%
TRANSFORMADOR DE FORÇA	2,86%
Administração central	Taxas anuais de depreciação (%)
EQUIPAMENTO GERAL DE INFORMÁTICA	16,67%
EQUIPAMENTO GERAL	6,25%
VEÍCULOS	14,29%
SOFTWARE	20,00%
EDIFICAÇÃO	3,33%

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



A Resolução normativa ANEEL nº 948, 16 de novembro de 2021, em seu art. 3º, prevê que os Agentes Setoriais devem solicitar prévia anuência do órgão regulador para a desvinculação de bens vinculados aos serviços de energia elétrica. A resolução normativa que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, em seu art. 4º dispensa da obrigação de que trata o art. 3º, sem prejuízo do controle a posteriori e das sanções previstas em lei, a desvinculação de bens considerados inservíveis à prestação do serviço público de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, bem como à produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico, devendo o agente setorial constituir dossiê da desvinculação.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

<u>Descrição do bem</u>	<u>Valor</u>
1 TERRENO SE ARAPIRACA IV	4.323
2 TF-P 69/13,8 20/26,6 DYN1 OM LTC PDE	3.960
3 TF-P 69/13,8 KV 15/20MVA DYN1 LTC (MN)	3.950
4 TF-P 69/13,8 KV 15/20MVA DYN1 LTC (MN)	2.935
5 TF-P 69/13,8 KV 15/20MVA DYN1 LTC (MN)	2.935
6 POSTE DT CONC B-3 24M 1400DAN (BLQ)	1.928
7 ESCRITORIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	1.311
8 MED ELETN 1F 2FI 1EL 240V AT MAX LED	1.233
9 CABO AL NU CAL 394,5MCM 19 CANTON	1.203
10 "NOTEBOOK I5 10ªG 16GB 256GB SSD 14""	1.175

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

<u>Descrição do bem</u>	<u>Valor</u>
1 MED ELETRON ENER A E R 1F NA SEM MÓDULO SEM MÓDULO	(13.792)
2 CONDUTOR ALUMÍNIO COM ALMA DE AÇO; NU; 4/0 AWG; MO	(5.083)
3 CONDUTOR, ALUM COM ALMA DE ACO, NU, 4/0 AWG, TRIF	(4.795)
4 MED ELETRON ENER A E R 1F NA SEM MÓDULO SEM MÓDULO	(4.739)
5 POSTE DUPLO T CONCRETO - 10 M; 10,5M/ANTERIOR ATE	(3.095)
6 MED ELETRON ENER A E R 3F NA SEM MÓDULO SEM MÓDULO	(2.621)
7 CONDUTOR ALUMÍNIO; ISOLADO-XLPE; 3X1X35MM²+35MM²;	(1.699)
8 CONDUTOR, COBRE, NU, 6 AWG, MONOFASICO/UNIPOLAR	(1.443)
9 MED ELETRON ENER A E R 3F NA SEM MÓDULO SEM MÓDULO	(1.442)
10 MED ELETRON MULT 3F NA SEM MÓDULO SEM MÓDULO	(1.414)

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



7 Intangível

A composição do intangível é conforme demonstrado a seguir:

Ativo intangível em serviço	Valor bruto em 2024	Adições (A)	Transferências (B)	Reavaliação /Outros	Valor bruto em 2025	Adições líquidas= (A)+(B)	Amortização Acum.	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Distribuição	20.201	-	272	(110)	20.363	272	(936)	19.427	19.442
Servidões	19.145	-	31	-	19.176	31	-	19.176	19.145
Softwares	1.056	-	241	(110)	1.187	241	(936)	251	297
Administração	93.091	-	19.488	-	112.579	19.488	(86.323)	26.256	21.914
Softwares	93.091	-	19.488	-	112.579	19.488	(86.323)	26.256	21.914
Subtotal	113.292	-	19.760	(110)	132.942	19.760	(87.259)	45.683	41.356

Ativo intangível em curso	Valor bruto em 2024	Adições (A)	Transferências (B)	Reavaliação /Outros	Valor bruto em 2025	Adições líquidas= (A)+(B)	Amortização Acum.	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Distribuição	6.212	14.555	(60)	-	20.707	14.495	-	20.707	6.212
Servidões	86	1.737	(31)	-	1.792	1.706	-	1.792	86
Softwares	6.126	12.818	(29)	-	18.915	12.789	-	18.915	6.126
Administração	48.719	17.407	(19.640)	-	46.486	(2.233)	-	46.486	48.719
Softwares	48.719	17.407	(19.640)	-	46.486	(2.233)	-	46.486	48.719
Subtotal	54.931	31.962	(19.700)	-	67.193	12.262	-	67.193	54.931
Total do Ativo Intangível	168.223	31.962	60	(110)	200.135	32.022	(87.259)	112.876	96.287

8 Ativos e passivos financeiros setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

(a) Conta de compensação de variação de custos da "Parcela A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período entre o 29º dia anterior ao processo tarifário anterior e o 30º dia anterior ao processo tarifário em cálculo, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Homologatória nº 3.450, de 29 de abril de 2025, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2025, as Tarifas de Energia (TE) e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), com efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores de -6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento negativos). As novas tarifas estão em vigor no período de 3 de maio de 2025 a 2 de maio de 2026.

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela "A" são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

Equatorial Alagoas Distribuidora Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



(b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

(i) Neutralidade da Parcela A

Nos contratos antigos de concessão, a não neutralidade de itens da Parcela A decorre da ausência de mecanismos regulatórios que assegurem o repasse integral das variações entre custos realizados e valores considerados no processo tarifário anterior, fazendo com que oscilações de mercado, encargos e custos de energia impactem diretamente o resultado da distribuidora.

(ii) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse é regulamentado pelos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL. A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 107,62% em 31 de dezembro de 2025 (106,56% em 31 de dezembro de 2024), quando considerada a sobrecontratação involuntária a cobertura contratual perfaz 10417%.

(iii) Outros

É composto pelos demais componentes financeiros elencados no Submódulo 4.4 e 4.4 A do PRORET, quais sejam: i. Garantias financeiras de CCEARs; ii. Penalidade por descumprimento da meta de Universalização; iii. Compensação por violação de limites de continuidade; iv. Neutralidade dos encargos setoriais; v. Neutralidade da Parcela A; vi. Descasamento da TUSD Geração; vii. Descasamento da TUSD Distribuição; viii. Descasamento das tarifas de permissionárias; ix. Recálculo de processo tarifário anterior; x. Suprimento fora da faixa de tolerância; xi. Previsão de Risco Hidrológico; xii. Ajuste modicidade CDE Eletrobras; xiii. Multas contratuais e créditos não devolvidos a consumidores (Art. 141, 142, 168 e 171 da REN 1000/21 e cláusula de rescisão contratual dos CCEAR); xiv. Restituição de cobertura tarifária (CDE-Escassez Hídrica); xv. Antecipação de recebíveis (MP 1.212/2024); xvi. Diferimento tarifário.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



A movimentação das contas de ativos financeiros setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais	2024	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	2025	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	57.330	155.075	(16.019)	7.562	(3.995)	199.953	13.629	186.324	137.676	62.277
Aquisição de Energia - (CVA energia)	17.315	100.329	(1.357)	4.298	-	120.585	-	120.585	80.280	40.305
Proinfa	117	(43)	791	312	-	1.177	1.123	54	1.158	19
Transporte Rede Básica	22.612	30.725	(5.708)	1.282	(2.650)	46.261	11.168	35.093	34.533	11.728
ESS	14.521	(1.651)	(6.912)	583	(5.203)	1.338	1.338	-	1.338	-
CDE	2.765	25.715	(2.833)	1.087	3.858	30.592	-	30.592	20.367	10.225
Demais Ativos Financeiros Setoriais	173.220	146.571	(52.638)	6.529	(13.286)	260.396	64.850	195.546	195.034	65.362
Neutralidade da Parcela A	16.872	(2.948)	-	(638)	(13.286)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	82.823	(4.566)	(44.466)	4.377	-	38.168	1.330	36.838	25.855	12.313
Diferimento de Reposição na RTP	23.194	-	(23.194)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	50.331	154.085	15.022	2.790	-	222.228	63.520	158.708	169.179	53.049
Total Ativos Financeiros Setoriais	230.550	301.646	(68.657)	14.091	(17.281)	460.349	78.479	381.870	332.710	127.639

A movimentação das contas de passivos financeiros setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais	2024	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Outros	2025	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(92.640)	(61.028)	11.873	(10.599)	3.995	-	(148.399)	(18.935)	(129.464)	(110.654)	(37.745)
Aquisição de Energia - (CVA energia)	(23.840)	(16.676)	22.515	(910)	-	-	(18.911)	(2.233)	(16.678)	(18.862)	(49)
Proinfa	(365)	14	358	(7)	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	(2.343)	(32.615)	1.531	(2.988)	2.650	-	(33.765)	(812)	(32.953)	(22.751)	(11.014)
ESS	-	(17.857)	-	(593)	5.203	-	(13.247)	-	(13.247)	(8.821)	(4.426)
CDE	(66.092)	6.106	(12.531)	(6.101)	(3.858)	-	(82.476)	(15.890)	(66.586)	(60.220)	(22.256)
Demais Ativos Financeiros Setoriais	(204.171)	(143.639)	16.888	(15.642)	13.286	(2.439)	(335.717)	(115.403)	(220.314)	(262.075)	(73.642)
Compensação PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	(33.925)	(26.701)	33.745	1.000	13.286	-	(12.595)	(179)	(12.416)	(8.444)	(4.151)
Outros	(170.246)	(116.938)	(16.857)	(16.642)	-	(2.439)	(323.122)	(115.224)	(207.898)	(253.631)	(69.491)
Total Passivos Financeiros Setoriais	(296.811)	(204.667)	28.761	(26.241)	17.281	(2.439)	(484.116)	(134.338)	(349.778)	(372.729)	(111.387)

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

9.1 Abertura do endividamento

Instituição / linha credora	Juros curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total	Adimplente ?	Data captação / Repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pqto Juros	Frequência a Pqto Juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência de Amortiz.	Sistemática amortização
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	20.274	317.524	1.570.377	1.908.175											
Santander CCB 276MM	4.222	287.843	-	292.065	Sim	out-22	Outro.	US\$	6,5%	08/01/2026	Trimestral	05/10/2026	05/10/2026	Anual	Bullet (final)
BofA 4131 USD 100MM	1.006	30.761	66.514	98.281	Sim	out-24	Não há	US\$	5,7%	26/10/2026	Anual	27/10/2027	27/10/2027	Anual	Bullet (final)
Scotiabank 4131 USD 523MM	2.618	-	495.216	497.834	Sim	nov-24	Não há	US\$	5,8%	28/05/2026	Semestral	29/11/2027	29/11/2027	Anual	Bullet (final)
IFC Loan Agreement	9.881	-	557.390	567.271	Sim	mai-25	Outro	Outro,	2,1%	16/03/2026	Semestral	15/09/2026	15/09/2032	Semestral	Outro
Scotiabank 4131 USD 130MM	2.505	-	127.734	130.239	Sim	ago-25	Não há	US\$	4,9%	09/02/2026	Semestral	08/08/2028	08/08/2028	Anual	Bullet (final)
IFC 166MM	17	-	167.855	167.872	Sim	set-25	Aval/Fiança	Euro	1,5%	15/03/2026	Semestral	30/12/2030	30/12/2030	Anual	Bullet (final)
IFC 167MM	25	-	167.217	167.242	Sim	dez-25	Aval/Fiança	US\$	1,8%	15/03/2026	Semestral	30/12/2030	30/12/2030	Anual	Bullet (final)
CCAP IFC 360MM	-	(1.080)	(6.210)	(7.290)	Sim	dez-25	Não há	Não há	-	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	30/12/2030	Mensal	Outro
CCAP IFC	-	-	(5.339)	(5.339)	Sim	dez-25	Não há	Não há	-	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	30/12/2030	Mensal	Outro
Financ./Emprést. Moeda Nacional	10.142	110.243	1.177.847	1.298.232											
BNDES 19/20	390	16.645	216.162	233.197	Sim	jan-21	Real	IPCA	4,4%	15/01/2026	Mensal	15/01/2026	15/05/2040	Mensal	SAC
BNDES 21/23	994	36.122	488.863	525.979	Sim	dez-19	Real	IPCA	3,9%	15/01/2026	Mensal	15/01/2026	17/10/2039	Mensal	SAC
BNDES 23/25	225	3.960	66.291	70.476	Sim	mar-25	Real	IPCA	7,7%	15/01/2026	Mensal	15/01/2026	15/08/2043	Mensal	SAC
Debêntures 200MM – 1ª Emissão 2S	1.510	-	89.470	90.980	Sim	out-22	Quirogra-férias	CDI	0,7%	15/04/2026	Semestral	15/10/2030	15/10/2034	Anual	SAC
Debêntures 100MM – 2 Emissão	5.648	-	247.878	253.526	Sim	set-25	Aval/Fiança	IPCA	7,3%	18/02/2026	Semestral	15/08/2034	15/08/2037	Anual	Outro
NCE-Nota Comercial Exportação	1.104	50.000	-	51.104	Sim	out-22	Não há	CDI	1,6%	17/03/2026	Trimestral	14/09/2026	14/09/2026	Outro,	Bullet (final)
Custo de Captação BNDES	-	(4)	(58)	(62)	Sim	dez-19	Não há	Não há	0,0%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	15/05/2040	Mensal	Outro
Custo de Captação Debênture	-	(323)	(2.940)	(3.263)	Sim	out-22	Não há	Não há	0,0%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	15/10/2034	Mensal	Outro
Custo de Captação Debênture	-	(955)	(7.548)	(8.503)	Sim	mai-25	Não há	Não há	0,0%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	15/09/2032	Mensal	Outro
Custo de Captação BNDES 23/25	-	-	(250)	(250)	Sim	mai-25	Não há	Não há	0,0%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	15/08/2043	Mensal	Outro
BNDES	271	4.798	79.979	85.048	Sim	out-25	Real	IPCA	7,7%	15/01/2026	Mensal	15/01/2026	15/08/2043	Mensal	SAC
Dívidas Tributárias (Refis, Paes)	1.052	1.434	2.486												
Dívidas Tributárias União															
Parcelamento IR e CSLL	-	995	1.146	2.141	Sim	ago-20	Não há	Selic	0,0%	31/10/2025	Mensal	31/10/2025	30/06/2029	Mensal	SAC
Dívidas Tributárias Município															
Parcelamentos	-	57	288	345	Sim	jan-25	Não há	Selic	0,0%	30/07/2025	Mensal	30/10/2025	22/12/2029	Mensal	SAC
Fundo de pensão	-	-	99.806	99.806	Sim	dez-23	Não há	Não há	0,0%		N.A.		31/12/2029	Mensal	SAC
Aluguéis		833	2.841	3.674	Sim	jul-30	Real	IPCA	3,6%	31/10/2025	Mensal	31/01/2026	31/10/2030	Mensal	Outro
Total por dívida	30.416	429.652	2.852.305	3.312.373											
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	20.274	317.524	1.570.377	1.908.175											
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	10.142	110.243	1.177.847	1.298.232											
Tributária	-	1.052	1.434	2.486											
Fundo de Pensão	-	-	99.806	99.806											
Arrendamentos		833	2.841	3.674											

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



9.2 Cronograma de amortização de principal e juros de longo prazo

Instituição / linha credora	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total
	2027	2028	2029	2030	2031	2032+	
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	673.287	293.118	158.234	176.575	122.619	146.544	1.570.377
BofA 4131 USD 100MM	66.514	-	-	-	-	-	66.514
Scotibank 4131 USD 523MM	495.216	-	-	-	-	-	495.216
IFC Loan Agreement	50.022	107.194	100.044	100.044	100.044	100.042	557.390
Scotibank 4131 USD 130MM	-	127.734	-	-	-	-	127.734
IFC 166MM	25.923	23.655	23.655	23.655	23.655	47.312	167.855
IFC 167MM	38.828	36.683	36.683	55.023	-	-	167.217
CCAP IFC 360MM	(1.080)	(1.080)	(1.080)	-	(1.080)	(810)	(6.210)
CCAP IFC	(2.136)	(1.068)	(1.068)	(1.067)	-	-	(5.339)
Financ./Emprést. Moeda Nacional	62.124	66.884	59.388	70.021	80.989	838.441	1.177.847
BNDES 19/20	16.829	18.416	16.829	16.829	16.829	130.430	216.162
BNDES 21/23	36.415	39.743	36.415	36.415	36.415	303.460	488.863
BNDES 23/25	3.918	4.898	3.918	3.918	3.918	45.721	66.291
Debêntures 200MM - 1S	-	-	-	9.470	20.000	60.000	89.470
Debêntures 100MM - 2S	-	-	-	-	-	247.878	247.878
Custo de Captação BNDES	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(38)	(58)
Custo de Captação Debênture	(323)	(323)	(323)	(761)	(323)	(887)	(2.940)
Custo de Captação Debênture	(562)	(562)	(2.163)	(562)	(562)	(3.137)	(7.548)
BNDES 23/25	(15)	(15)	(15)	(15)	(15)	(175)	(250)
BNDES	5.866	4.731	4.731	4.731	4.731	55.189	79.979
Dívidas Tributárias (Refis, Paes)	370	82	82	82	82	736	1.434
Dívidas Tributárias União	-	-	-	-	-	-	-
Parcelamento IR e CSLL	82	82	82	82	82	736	1.146
Dívidas Tributárias Município	-	-	-	-	-	-	-
Parcelamentos	288	-	-	-	-	-	288
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	99.806	-	-	99.806
Previdência Privada	-	-	-	99.806	-	-	99.806
Diversos	901	963	800	177	-	-	2.841
Arrendamentos	901	963	800	177	-	-	2.841
Total por dívida	736.682	361.047	218.504	346.661	203.690	985.721	2.852.305
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	673.287	293.118	158.234	176.575	122.619	146.544	1.570.377
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	62.124	66.884	59.388	70.021	80.989	838.441	1.177.847
Tributária	370	82	82	82	82	736	1.434
Fundo de Pensão	-	-	-	99.806	-	-	99.806
Arrendamentos	901	963	800	177	-	-	2.841

9.3 Abertura dos ativos financeiros

Instituição/Linha Devedora	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total
Ativos financeiros	1.013.217	15.008	1.028.225
Caixa e Aplicações Financeiras	1.013.217	-	1.013.217
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	235.187	-	235.187
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	778.030	-	778.030
Mútuos Ativos	-	15.008	15.008
Benefício pós emprego	-	15.008	15.008

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



9.4 Abertura dos instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos Derivativos	Instituição	Data Início	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	Valor Contratado	Fair Value
SWAP	Santander	03/12/2024	05/10/2026	USD + 6,45% a.a	CDI + 1,62% a.a	276.500	5.890
SWAP	XP	04/12/2024	15/08/2043	IPCA + 7,71% a.a.	CDI + 0,18% a.a.	84.000	636
SWAP	Itaú BBA	28/10/2022	15/10/2034	IPCA + 6,3618% a.a	CDI + 0,74% a.a.	100.000	(12.145)
SWAP	Scotia	28/10/2022	29/11/2027	USD + 6,7670% a.a.	CDI +1,15% a.a.	522.900	(32.630)
SWAP	BOFA	06/09/2023	25/10/2027	USD + 5,7294% a.a.	CDI + 1,15% a.a.	100.000	(6.093)
SWAP	BNP	07/11/2023	15/09/2032	US\$ + Sofr + 2,10% a.a.	CDI + 1,19% a.a.	569.360	(41.122)
SWAP	Itaú BBA	23/10/2024	15/08/2043	IPCA + 7,71% a.a.	CDI + 0,21% a.a.	70.000	(321)
SWAP	Scotia	29/11/2024	08/08/2028	USD + 4,8680% a.a.	CDI +1,00% a.a.	130.000	(9.975)
SWAP	BTG	30/11/2024	15/08/2037	IPCA + 7,3239% a.a.	CDI - 0,19% a.a.	250.000	(7.444)
SWAP	BBVA	01/12/2024	30/12/2030	EUR + EURIBOR + 1,50% a.a	CDI + 0,80% a.a.	167.028	(3.609)
SWAP	BOFA	02/12/2024	30/12/2030	USD + Sofr + 1,80% a.a.	CDI + 0,82% a.a.	167.217	(3.894)
Total							(110.707)
Ativo Circulante							5.926
Ativo não circulante							600
Passivo Circulante							2.832
Passivo não circulante							114.401
Total							(110.707)

9.5 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros circulante	Principal circulante	Principal + juros não circulante	2025	2024
(+) Dívida bruta	30.416	432.484	2.966.706	3.429.606	2.891.162
Financ. / Emprést. moeda estrangeira	20.274	317.524	1.570.377	1.908.175	1.566.752
Financ. / Emprést. moeda nacional	10.142	110.243	1.177.847	1.298.232	1.140.664
Tributária	-	995	1.146	2.141	7.858
Fundo de Pensão	-	-	99.806	99.806	96.377
Arrendamentos	-	833	2.841	3.674	3.328
Tributária Corrente em Atraso	-	57	288	345	74,559
Derivativos a Pagar	-	2.832	114.401	117.233	1.624
(-) Ativos financeiros	-	(1.019.143)	(15.608)	(1.034.751)	(913.075)
Alta liquidez	-	(235.187)	-	(235.187)	(52.351)
Demais aplicações financeiras	-	(778.030)	-	(778.030)	(686.086)
Derivativos a receber	-	(5.926)	(600)	(6.526)	(170.296)
Plano de aposentadoria	-	-	(15.008)	(15.008)	(4.342)
(+) Dívida líquida I	30.416	(586.659)	2.951.098	2.394.855	1.978.087

10 Tributos a recolher

	2025	2024
Circulante		
IRPJ e CSLL	75.440	8.562
PIS e COFINS	13.716	12.522
ICMS	45.891	43.629
ISS	5.860	5.111
Encargos sociais e outros	11.238	10.978
Parcelamento de tributos (NE 9)	1.052	5.808
Total circulante	153.197	86.610
Não circulante		
Parcelamento de tributos (NE 9)	1.434	2.050
Total não circulante	1.434	2.050
Total	154.631	88.660

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



11 Tributos diferidos

O imposto de renda é calculado com alíquota de 25%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social pela alíquota de 9%, sendo oriundos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu os estudos de recuperabilidade dos seus créditos fiscais com base em projeções provenientes do seu planejamento estratégico e considera que serão realizados à medida em que as provisões forem realizadas e na realização de eventos futuros, ao longo do período da concessão.

Dessa forma, os tributos diferidos estão dispostos conforme apresentação abaixo:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Crédito ativos de:		
Prejuízo fiscal	217.677	233.751
Base negativa	61.735	99.071
Subtotal	279.412	332.822
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	57.506	60.960
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	22.553	15.390
Provisão para participação nos lucros	3.050	1.946
Ajuste a Valor Presente - AVP	14.195	15.712
Outras Diferenças temporárias	20.270	16.647
SWAP	37.640	-
Arrendamento IFRS 16	61	33
Provisão laudo atuarial	73.759	76.191
AIC Reversível	29.045	29.045
Instrumentos financeiros - CPC 48/ IFRS 09	5.451	-
Provisão para recuperação de ativos	320	-
Outras provisões	-	45.420
Subtotal	263.850	261.344
Total tributos diferidos ativos	543.262	594.166
Créditos passivos de:		
Varição Cambial	(41.662)	-
MTM- Dívida	(9.556)	-
SWAP	-	(57.901)
Provisão para recuperação de ativos	-	(3.068)
Valor novo de reposição - VNR	(17.042)	-
Impairment	-	(13.568)
Outras	-	(78.992)
Provisão para pagamento baseado em ações	(289)	-
Reserva de Reavaliação	(151.092)	(128.386)
Total tributo diferido passivo	(219.641)	(281.915)
Total tributo diferido líquido	323.621	312.251

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 11.370 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o lucro do exercício (R\$ 51.620 em 31 de dezembro de 2024).

12 Provisões para litígios

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações da gerência jurídica, analisa as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	87.528	4.321	105.259	10.285
Tributárias	30.515	9.719	35.037	9.734
Trabalhistas	23.027	9.764	25.722	13.681
Regulatório	9.035	2.204	3.356	2.027
Total	150.105	26.008	169.374	35.727
Circulante (a)	6.752	296	9.420	336
Não circulante	143.353	25.712	159.954	35.391

- (a) Os valores classificados no ativo circulante referem-se a alvarás judiciais já obtidos em favor da Companhia, cujos depósitos ou penhoras judiciais feitas anteriormente, sendo a expectativa de recebimento dentro dos próximos 12 meses.

12.1 Movimentação dos processos no exercício

	2024			2025		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	105.259	21.730	(25.809)	(12.314)	(1.338)	87.528
Tributárias	35.037	285	(556)	(12)	(4.239)	30.515
Trabalhistas	25.722	8.427	(14.653)	(3.053)	6.584	23.027
Regulatórios	3.356	4.240	-	-	1.439	9.035
Total	169.374	34.682	(41.018)	(15.379)	2.446	150.105

	2023			2024		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	108.820	13.871	(20.436)	(4.571)	7.575	105.259
Tributárias	23.352	9.713	-	(17)	1.989	35.037
Trabalhistas	30.436	4.333	(11.065)	(931)	2.949	25.722
Regulatórios	3.029	-	-	-	327	3.356
Total	165.637	27.917	(31.501)	(5.519)	12.840	169.374

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(2) Reversões realizadas no exercício, refere-se a horas extras, auxílio alimentação, quebra de contrato, e cobrança indevida; e
(3) Atualizações e/ou reversões de monetárias de atualizações mensais, (no grupo de despesas financeiras).

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Adicionalmente, a Companhia possui processos em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está de mostrado abaixo:

	2025	2024
Cíveis	121.287	258.005
Fiscais	471.677	534.557
Trabalhistas	48.427	48.414
Total	641.391	840.976

13 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa média anual	Custo histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	4,55%	(490.226)	(465.348)	(955.574)
Participação da União, Estados e Municípios		(20.163)	(217.606)	(237.769)
Participação Financeira do Consumidor		(57.091)	(37.839)	(94.930)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(50.058)	(29.429)	(79.487)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(156)	(111)	(267)
Pesquisa e Desenvolvimento		(27)	-	(27)
Universalização Serv. Públ. de Energia Elétrica		(237.766)	(170.330)	(408.096)
Outros		(124.965)	(10.033)	(134.998)
(-) Amortização Acumulada - AIS	4,55%	254.060	355.027	609.087
Participação da União, Estados e Municípios		20.164	214.560	234.724
Participação Financeira do Consumidor		29.789	17.889	47.678
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		27.744	16.265	44.009
Programa de Eficiência Energética - PEE		82	31	113
Pesquisa e Desenvolvimento		1	-	1
Universalização Serv. Públ. de Energia Elétrica		146.087	100.557	246.644
Outros		30.193	5.725	35.918
Subtotal		(236.166)	(110.321)	(346.487)
Em curso		(5.119)	-	(5.119)
TOTAL		(241.285)	(110.321)	(351.606)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações especiais	Valor bruto em 2024	Adições (A)	Transferências (B)	Valor bruto em 2025	Adições líquidas = (A)+(B)	Amortização Acum.	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Em serviço	(955.526)	-	(48)	(955.574)	(48)	609.087	(346.487)	(387.644)
Participação da União, Estados e Municípios	(237.770)	-	-	(237.770)	-	234.725	(3.045)	(3.219)
Participação Financeira do Consumidor	(94.931)	-	-	(94.931)	-	47.679	(47.252)	(51.581)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(79.487)	-	-	(79.487)	-	44.009	(35.478)	(39.102)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(267)	-	-	(267)	-	114	(153)	(165)
Pesquisa e Desenvolvimento (a)	(28)	-	-	(28)	-	1	(27)	(28)
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(408.096)	-	-	(408.096)	-	246.642	(161.454)	(188.304)
Outros	(134.947)	-	(48)	(134.995)	(48)	35.917	(99.078)	(105.245)
(-) Amortização acumulada - AIS	567.882	41.205	-	609.087	41.205	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	234.551	174	-	234.725	174	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	43.351	4.328	-	47.679	4.328	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	40.386	3.623	-	44.009	3.623	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	102	12	-	114	12	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	219.791	26.851	-	246.642	26.851	-	-	-
Outros	29.701	6.217	-	35.918	6.217	-	-	-
Em curso	(5.023)	(144)	48	(5.119)	(96)	-	(5.119)	(5.023)
Outros	(5.023)	(144)	48	(5.119)	(96)	-	(5.119)	(5.023)
Total	(392.667)	41.061	-	(351.606)	41.061	609.087	(351.606)	(392.667)

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.500.000 e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 605.780 (R\$ 605.780 em 31 de dezembro de 2024), correspondente a um total de 2.137.013.648 (dois bilhões, cento e trinta e sete milhões, treze mil, seiscentas e quarenta e oito) ações, divididas em 2.099.703.965 (dois bilhões, noventa e nove milhões, setecentas e três mil, novecentas e sessenta e cinco) ações ordinárias e 37.309.683 (trinta e sete milhões, trezentas e nove mil, seiscentas e oitenta e três) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	2025		Total	%
	Ações ordinárias	Ações preferenciais		
Equatorial S.A.	1.626.122.139	27.212.705	1.653.334.844	77,37%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	398.943.753	7.088.840	406.032.593	19,00%
Minoritários	74.638.073	3.008.138	77.646.211	3,63%
Total	2.099.703.965	37.309.683	2.137.013.648	100%

Em 21 de dezembro de 2024, conforme ata da Reunião do Conselho de Administração da Equatorial S.A., a Controladora aprovou a transferência de 398.943.753 (trezentas e noventa e oito milhões, novecentas e quarenta e três, setecentas e cinquenta e três) ações ordinárias e 7.088.840 (sete milhões, oitenta e oito mil, oitocentas e quarenta) ações preferenciais, representativas de 19% do capital social total da Companhia, de titularidade da Equatorial S.A., para a Equatorial Distribuição S.A.

14.2 Reserva de lucros

	Nota	2025	2024
Reserva legal	(a)	52.299	40.510
Reserva de incentivos fiscais	(b)	247.503	200.242
Dividendos adicionais propostos	(c)	142	168.823
Reserva estatutária de reforço de capital de giro	(c)	622.947	467.367
Reserva de lucros a realizar	(d)	50.188	60.511
Total		973.079	937.453

(a) Reserva legal

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva legal da Companhia é de R\$ 52.299(R\$ 40.510 em 31 de dezembro de 2024).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, reduz a base de cálculo da reserva legal.

(b) Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva é de R\$ 247.503 (R\$ 200.242 em 31 de dezembro de 2024).

(c) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva foi constituída, em 2021, com o objetivo de não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia, decorrente da constituição do ativo fiscal diferido de prejuízo fiscal e base negativa. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva é de R\$ 50.188 (R\$ 60.511 em 31 de dezembro de 2024).

(d) Reserva estatutária de reforço de capital de giro

Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. O valor total dessa reserva não excederá 100% (cem por cento) do capital social da Companhia. Atingido esse limite ou a qualquer tempo, a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria Executiva, ouvido o Conselho de Administração, poderá distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio à conta da reserva estatutária de reforço de capital de giro ou destinar seu saldo, total ou parcialmente, para aumento de capital, inclusive com bonificação em novas ações. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$ 623.089 (R\$ 467.367 em 31 de dezembro de 2024).

(e) Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos acionistas em assembleia. Em 31 de dezembro de 2025 sem saldo da reserva de dividendos adicionais propostos R\$ 142 (R\$ 168.823 em 31 de dezembro de 2024).

14.3 Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação é constituída pelos valores referentes a diferenças positivas entre valores de mercado (Valor Novo de Reposição - VNR) apurados na contabilidade societária e valores contábeis componentes do ativo imobilizado, observados os dispositivos legais aplicáveis. De acordo com o Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET Submódulo 2.3 Base de Remuneração Regulatória o VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessário para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. De acordo com o respectivo submódulo, a aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da Concessionária ou de Orçamento Referencial.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva é de R\$ 430.743 (R\$ 474.212 em 31 de dezembro de 2024).

14.4 Distribuição de dividendos

Conforme o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



De acordo com o parágrafo 6.3.25 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), o valor dos dividendos mínimos obrigatórios deverá ser calculado tomando-se como base o resultado societário.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	283.033	313.856
(-) Constituição de incentivo fiscal	(47.261)	(59.752)
(-) Reserva legal	(11.789)	(12.705)
(-) Reserva estatutária de reforço de capital de giro	(155.580)	-
(-) Realização do AIC	(12.265)	(12.266)
Lucro líquido ajustado	56.138	229.133
Dividendos mínimos obrigatórios	(55.996)	(60.349)
Dividendos adicionais propostos	(142)	(168.784)
Dividendos propostos	(56.138)	(229.133)

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	105.334
Dividendos adicionais distribuídos de 2023	173.581
Dividendos mínimos distribuídos	60.349
Pagamento de dividendos	(278.585)
Reserva de lucros a realizar	2.480
Saldo em 31 de dezembro de 2024	63.159
Dividendos adicionais distribuídos de 2024 (a)	168.823
Dividendos mínimos distribuídos	55.996
Pagamento de dividendos	(231.679)
Reserva de lucros a realizar	10.323
Saldo em 31 de dezembro de 2025	66.622

(a) Ver detalhamento na nota explicativa nº 14.2 (d).

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



15 Receita operacional bruta

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é conforme demonstrada a seguir:

	Nº Consumidores		MWh		Valor	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Receita Operacional Bruta						
Fornecimento - Faturado (Consumidores cativos)	1.420.173	1.394.075	3.116.239	3.301.457	2.996.165	3.223.721
Residencial	1.304.067	1.277.787	1.935.772	1.905.194	1.808.874	1.843.403
Industrial	2.177	2.197	64.719	84.080	101.336	112.934
Comercial	71.204	71.074	434.292	493.823	525.959	595.617
Rural	28.948	29.583	113.453	151.206	103.381	126.702
Poder público	9.991	9.937	236.031	239.829	229.067	240.918
Iluminação pública	1.461	1.310	239.302	259.898	152.265	165.217
Serviço público	2.206	2.187	86.893	167.427	75.283	138.930
Consumo próprio	119	-	5.777	-	-	-
Suprimento Faturado	-	-	-	-	122.256	70.690
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	587	474	1.512.943	1.126.384	1.837.175	1.737.767
Consumidores Cativos	-	-	-	-	1.547.151	1.474.462
Consumidores Livres	584	474	1.303.579	1.126.384	290.024	263.305
Energia de Compensação da Geração Distribuída 2 e 3	-	-	195.085	-	-	-
Energia de conexão com outras distribuidoras	3	3	14.279	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(1.561.001)	(1.490.714)
(-) Trsf p/ TUSD de consumidores cativos	-	-	-	-	(1.547.151)	(1.474.462)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(5.628)	(7.109)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(8.222)	(9.143)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	(681)	(7.889)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	100.852	(112.583)
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	(5.314)	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	(24.605)	(2.725)
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	3.480	3.434
Total	2.840.933	2.788.627	4.629.181	4.163.900	3.955.241	3.821.818

(*) Informação não auditada.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



16 Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Outorgada efetuou a venda e compra de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	MWh (**)	R\$	MWh (**)	R\$
Venda	291.498	45.231	327.939	48.868
Venda estimada (*)	67.060	15.991	22.708	1.472
Total	358.558	61.222	350.647	50.340

	2025		2024	
	MWh (**)	R\$	MWh (**)	R\$
Compra	(63.518)	(4.723)	(73.024)	(4.465)
Total	(63.518)	(4.723)	(73.024)	(4.465)

(*) referente ao período de 01 a 31 de dezembro de 2025 (2024 - período 01 a 31 de dezembro de 2024).

(**) informação não auditada.

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pela Outorgada que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da CCEE, são normalmente determinados pela CCEE. Como até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis a CCEE ainda não havia disponibilizado as informações necessárias referentes ao período de 01 a 31 de dezembro de 2025, os referidos montantes foram estimados pela Outorgada, com base em seus controles mantidos para essas operações.

17 Pessoal e administradores

	2025	2024
Pessoal	(111.103)	(85.662)
Remuneração	(78.836)	(58.881)
Encargos	(27.943)	(21.367)
Previdência privada - Corrente	(2.864)	(3.411)
Despesas rescisórias	5.643	4.942
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(15.394)	(9.664)
Outros benefícios - Corrente	(53.979)	(36.013)
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	(1.373)	-
Outros	-	38.732
Administradores	(15.372)	(4.579)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(3.958)	(3.552)
Benefícios dos Administradores	(11.414)	(1.027)
Total	(126.475)	(90.241)

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



18 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) nos exercícios findos de em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada conforme a seguir:

	2025	2024
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	300.975	325.352
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	53.193	41.791
Alíquota fiscal	34%	34%
Pela alíquota fiscal	120.417	124.829
Efeitos fiscais sobre:		
Imposto Corrente		
Outras provisões permanentes	1.724	(999)
Incentivo P&D	(431)	(965)
Compensações - PAT e Salário Maternidade	(3.031)	(862)
IRPJ subvenção governamental	(47.261)	(59.752)
Despesa IRPJ/CSLL corrente anos anteriores	220	22.849
Subtotal:	(48.779)	(39.729)
Efeitos fiscais sobre:		
Imposto Corrente e Diferido		
Provisão para contingências	(3.455)	5.674
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	7.163	5.448
Ajuste a valor presente (AVP)	(1.517)	(2.287)
SWAP	99.114	(82.115)
Marcação a mercado - MTM	(9.556)	-
Valor novo de reposição - VNR	(3.475)	(1.194)
Provisão para participação nos lucros	1.104	(113)
Provisão para perda de estoque	3.388	184
Outras provisões	(541)	(6.315)
	28	-
	5.451	-
Provisão Laudo Atuarial	1.668	618
Compensação prej. Fiscal e base negativa de CSLL	(53.833)	(3.333)
	(41.662)	-
Despesa IRPJ/CSLL diferido anos anteriores	423	31.813
Total:	4.300	(51.620)
Total de IRPJ e CSLL correntes do exercício	(75.514)	(1.667)
Total de IRPJ e CSLL diferidos do exercício	4.300	(51.620)
Total de IRPJ e CSLL corrente e diferidos do exercício	(71.214)	(53.287)

19 Revisão e reajuste tarifário

19.1 Revisão Tarifária Periódica (RTP) 2024

A Revisão Tarifária Periódica (RTP) é um processo regulatório realizado pelas agências reguladoras de energia elétrica, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no Brasil. Seu objetivo é definir as tarifas de energia elétrica que serão praticadas pelas concessionárias de distribuição em um determinado período de tempo. Essa revisão ocorre em datas definidas nos contratos de concessão ou permissão e envolve uma análise completa das condições da prestação dos serviços e do mercado atendido. O objetivo é reconstruir a tarifa de forma que a receita faturada pelo prestador seja capaz de cobrir os custos eficientes necessários à prestação dos serviços, gerar recursos para investimentos, garantir a adequada remuneração e amortização do capital investido, buscando o cumprimento das metas. Conseqüentemente, a RTP é um mecanismo importante para manter a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e garantir a qualidade do serviço prestado aos consumidores. Durante a RTP, a ANEEL avalia os ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR), considerando critérios específicos para sua manutenção e atualização. Portanto, a BRR não é produzida durante a RTP, mas sim revisada e ajustada conforme necessário para garantir a estabilidade e previsibilidade dos valores aprovados anteriormente. A BRR inclui os seguintes itens:

- a) Ativo Imobilizado em Serviço (AIS): Avaliado e depreciado (ou amortizado, conforme o caso) para grupos de contas como terrenos, reservatórios, edificações e máquinas.
- b) intangível: Inclui a conta de servidões.
- c) Almoxarifado de operação.
- d) Obrigações especiais.

A BRR definida na RTP determina: i) a remuneração do capital investido; ii) o valor a ser incorporado à tarifa para cobrir os investimentos; e iii) a parcela dos custos gerenciáveis da tarifa, que está associada à operação, manutenção e investimentos da distribuidora.

No exercício de 2024, a ANEEL apurou o novo índice do reposicionamento tarifário da Companhia no processo de Revisão Tarifária Periódica (RTP). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória nº 3.326, de 30 de abril de 2024, foram reajustadas em (-3,49%), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora no período de 03 de maio de 2024 a 02 de maio de 2025.

19.2 Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (CRTP) vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser "blindada". Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- As inclusões entre as datas-bases do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária - base incremental (item b);

Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e

- A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória (BAR).

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores (*)
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	5.576.686.378
(2) Índice de Aproveitamento Integral	389.631
(3) Obrigações Especiais Bruta	740.789.103
(4) Bens Totalmente Depreciados	890.295.439
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	3.945.212.206
(6) Depreciação Acumulada	2.658.741.649
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	2.917.944.729
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	315.818
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR) = (1)-(6)-(8)	2.917.628.910
(10) Almoxarifado em Operação	6.874.754
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	413.406.213
Descrição	Valores (*)
(13) Terrenos e Servidões	56.422.376
(14) Base de Remuneração líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	2.567.519.828
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4,20%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	165.698.913
(19) WACC real antes de impostos	11,70%
(20) Taxa RGR PLPT	0,47%
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	0,47%
(22) Remuneração de Obrigações Especiais	12.370.166
(23) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)*(19)]+(22)	312.879.029

(*) valores expressos em unidades de reais.

19.3 Custo anual das instalações móveis e imóveis – CAIMI

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores(*)
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	389.927.548
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	175.467.396
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	46.791.306
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	167.668.845
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	19.266.897
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	9.422.757
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	41.447.819
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	70.137.473

(*) valores expressos em unidades de reais.

19.4 Resumo do reajuste tarifário

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 3 do PRORET, que trata da reajuste tarifário das concessionárias de distribuição de energia elétrica, o reajuste tarifário da Companhia é sintetizado na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

	Receita Último IRT (*)	Receita Verificada (*)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	1.812.265.197	1.878.899.152
1.1. Encargos Setoriais	481.795.749	494.628.001
TESEE	3.693.842	3.572.183
CDE	325.515.028	348.063.350
PROINFA	47.988.698	38.920.279
P&D (Eficiência Energética)	25.377.034	25.445.762
ESS	79.221.147	78.626.427
1.2. Transmissão	288.405.098	328.717.095
Rede Básica	224.224.528	246.320.545
Rede Básica Fronteira	52.437.910	55.022.102
MUST Itaipu	5.578.551	21.411.317
Uso do sistema de distribuição e CCD	6.164.109	5.963.131
1.3. Compra de Energia	1.042.064.350	1.055.554.056
CCEAR	903.307.927	901.596.620
Cota Angra I/Angra II	38.960.880	46.067.807
Cotas Lei n ° 12783/2013	99.795.543	107.889.629
2. PARCELA B	1.043.510.460	973.699.151
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	1.043.510.460	973.699.151
3. Reposicionamento Econômico	-1,55%	1,49%
4. Componentes Financeiros	-4,91%	0,60%
5. Reposicionamento com Financeiros	-6,46%	2,10%
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	-0,33%	-5,59%
7. Efeito para Consumidor	-6,79%	-3,49%

(*) valores expressos em unidades de reais.

20 Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no MCSE.

Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

21 Balanço patrimonial

Notas	2025			2024			
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		235.187	-	235.187	52.351	355	52.706
Consumidores	20.1	635.531	36.804	672.335	677.976	34.800	712.776
Concessionárias e permissionárias	20.1	6.798	(6.798)	-	4.622	(4.622)	-
Serviços em curso	20.1	57.280	11.592	68.872	73.934	6.415	80.349
Tributos compensáveis		212.857	-	212.857	125.437	-	125.437
Depósitos judiciais e cauções		296	-	296	336	-	336
Almoarifado operacional		23.053	-	23.053	16.900	-	16.900
Investimento temporários		778.030	-	778.030	686.086	-	686.086
Ativos financeiros setoriais	20.2	332.710	(332.710)	-	202.278	(202.278)	-
Despesas pagas antecipadamente	20.1	5.292	(5.292)	-	4.701	(4.701)	-
Instrumentos financeiros derivativos	20.1	5.926	(2.832)	3.094	110.344	-	110.344
Outros ativos circulantes		141.187	(37.276)	103.911	133.925	(32.297)	101.628
Total do ativo circulante		2.434.147	(336.512)	2.097.635	2.088.890	(202.328)	1.886.562
Não circulante							
Consumidores		192.114	-	192.114	189.191	-	189.191
Serviços em curso		5.314	-	5.314	7.977	-	7.977
Tributos compensáveis		81.377	-	81.377	77.213	-	77.213
Depósitos judiciais e cauções		25.712	-	25.712	35.391	-	35.391
Tributos diferido	20.8	543.262	(72.154)	471.108	594.166	(119.762)	474.404
Benefício pós-emprego	20.1	15.008	-	15.008	4.342	-	4.342
Ativos financeiros setoriais	20.2	127.639	(111.387)	16.252	28.272	(28.272)	-
Despesas pagas antecipadamente	20.1	1.302	(1.302)	-	38	(38)	-
Instrumentos financeiros derivativos	20.1	600	(600)	-	59.952	-	59.952
Outros ativos não circulantes	20.1	-	1.302	1.302	5	38	43
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		5.837	-	5.837	6.115	-	6.115
Imobilizado	20.4	3.793.877	(3.793.877)	-	3.401.689	(3.401.689)	-
Intangível	20.4	112.876	2.291.419	2.404.295	96.287	2.013.086	2.109.373
Direito de uso	20.4	-	3.493	3.493	-	3.230	3.230
Ativo contratual	20.4	-	455.658	455.658	-	321.703	321.703
Ativo financeiro de concessão	20.3	-	296.441	296.441	-	222.315	222.315
Total do ativo não circulante		4.904.918	(931.007)	3.973.911	4.500.638	(989.389)	3.511.249
Total do ativo		7.339.065	(1.267.519)	6.071.546	6.589.528	(1.191.717)	5.397.811

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		311.544	-	311.544	317.027	(9.556)	307.471
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.1	459.016	(834)	458.182	636.111	(750)	635.361
Obrigações sociais e trabalhistas	20.1	24.230	(10.641)	13.589	18.308	(7.563)	10.745
Tributos	20.1 / 20.5	153.197	(3.830)	149.367	86.610	(2.935)	83.675
Provisão para litígios		6.752	-	6.752	9.420	-	9.420
Dividendos declarados		66.622	-	66.622	63.159	-	63.159
Encargos setoriais	20.1	36.477	-	36.477	57.107	-	57.107
Passivos financeiros setoriais	20.2	372.729	(332.710)	40.019	248.181	(202.278)	45.903
Instrumentos financeiros derivativos	20.1	2.832	(2.832)	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	20.1	182.115	(41.674)	140.441	183.219	3.852	187.071
Contribuição de iluminação pública	20.1	-	41.119	41.119	-	5.704	5.704
Participação nos lucros	20.1	-	14.322	14.322	-	10.478	10.478
Passivo de arrendamento	20.1	-	834	834	-	750	750
Total do passivo circulante		1.615.514	(336.246)	1.279.268	1.619.142	(202.298)	1.416.844
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.1	2.751.065	(2.840)	2.748.225	2.074.633	(2.578)	2.072.055
Benefício pós emprego		99.806	-	99.806	96.377	-	96.377
Tributos		1.434	-	1.434	2.050	-	2.050
Provisão para litígios		143.353	-	143.353	159.954	-	159.954
Encargos setoriais		8.144	-	8.144	7.742	-	7.742
Tributos diferidos	20.8	219.641	(219.641)	-	281.915	(281.915)	-
Passivos financeiros setoriais	20.2	111.387	(111.387)	-	48.630	(28.272)	20.358
Instrumentos financeiros derivativos	20.1	114.401	(600)	113.801	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão	20.5	351.606	(351.606)	-	392.667	(392.667)	-
Outros passivos não circulantes	20.1	176.540	(159.065)	17.475	185.522	(156.802)	28.720
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20.1	-	159.065	159.065	-	156.802	156.802
Passivo de arrendamento	20.1	-	2.840	2.840	-	2.578	2.578
Total do passivo não circulante		3.977.377	(683.234)	3.294.143	3.249.490	(702.854)	2.546.636
Patrimônio líquido	21						
Capital social		605.780	-	605.780	605.780	-	605.780
Reserva de capital		15.023	-	15.023	14.008	-	14.008
Outros resultados abrangentes		187.756	(283.503)	(95.747)	189.316	(312.226)	(122.910)
Reserva de Lucros		937.615	35.464	973.079	911.792	25.661	937.453
Total do patrimônio líquido		1.746.174	(248.039)	1.498.135	1.720.896	(286.565)	1.434.331
Total do passivo e patrimônio líquido		7.339.065	(1.019.480)	6.071.546	6.589.528	(1.191.717)	5.397.811

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		3.955.241	742.817	4.698.058	3.821.818	587.573	4.409.391
Fornecimento de energia elétrica	20.1/20.5.3	2.995.484	465.857	3.461.341	3.215.832	389.750	3.605.582
Suprimento de energia elétrica		122.256	-	122.256	70.690	-	70.690
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		290.024	-	290.024	263.305	-	263.305
Ativos e passivos financeiros setoriais		57.083	-	57.083	(131.559)	-	(131.559)
Serviços cobráveis	20.1	3.480	(3.480)	-	3.434	(3.434)	-
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	20.1	486.914	(486.914)	-	400.116	(400.116)	-
Outras receitas	20.1	-	97.497	97.497	-	89.487	89.487
Atualização Ativo Financeiro	20.5.4	-	10.221	10.221	-	3.512	3.512
Receita de construção	20.5.3	-	659.636	659.636	-	508.374	508.374
Tributos		(944.396)	129	(944.267)	(939.518)	-	(939.518)
ICMS	20.1 / 20.5.3	(651.522)	129	(651.393)	(653.986)	-	(653.986)
PIS-PASEP		(52.057)	-	(52.057)	(52.548)	-	(52.548)
Cofins		(239.782)	-	(239.782)	(231.978)	-	(231.978)
ISS		(1.035)	-	(1.035)	(1.006)	-	(1.006)
Encargos - Parcela "A"		(276.817)	(15.012)	(291.829)	(345.694)	(14.443)	(360.137)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(14.200)	-	(14.200)	(12.683)	-	(12.683)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(14.092)	(10)	(14.102)	(12.683)	(50)	(12.733)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(242.753)	-	(242.753)	(311.011)	-	(311.011)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(3.653)	10	(3.643)	(3.370)	50	(3.320)
Outros encargos	20.1	(2.119)	(15.012)	(17.131)	(5.947)	(14.443)	(20.390)
Receita líquida / Ingresso líquido		2.734.028	727.934	3.461.962	2.536.606	573.130	3.109.736
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(1.572.527)	(659.636)	(2.232.163)	(1.502.019)	(508.374)	(2.010.393)
Energia elétrica comprada para revenda	20.1	(1.188.055)	(384.472)	(1.572.527)	(1.102.728)	(399.291)	(1.502.019)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	20.1	(384.472)	384.472	-	(399.291)	399.291	-
Custo de construção	20.5.3	-	(659.636)	(659.636)	-	(508.374)	(508.374)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		1.161.501	68.298	1.229.799	1.034.587	64.756	1.099.343
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(632.803)	14.761	(618.042)	(569.189)	8.389	(560.800)
Pessoal e administradores	20.1	(126.475)	1.474	(125.001)	(90.241)	722	(89.519)
Material		(18.228)	-	(18.228)	(23.025)	-	(23.025)
Serviços de terceiros	20.1	(179.967)	1.569	(178.398)	(218.568)	3.925	(214.643)
Arrendamento e aluguéis	20.1	(3.267)	833	(2.434)	(2.401)	400	(2.001)
Seguros	20.1	(579)	579	-	(434)	434	-
Doações, contribuições e subvenções	20.1	(2.365)	2.365	-	(2.410)	2.410	-
Provisões	20.1	(81.231)	41.397	(39.834)	(74.373)	61.137	(13.236)
Perdas na alienação de bens e direitos	20.1	(46.165)	6.009	(40.156)	(33.531)	5.781	(27.750)
(-) Recuperação de despesas	20.1	9.377	(9.377)	-	12.172	(12.172)	-
Tributos	20.1	(2.264)	2.264	-	(1.620)	1.620	-
Depreciação e amortização	20.1 / 20.4.2	(190.079)	36.395	(153.684)	(162.959)	32.098	(130.861)
Gastos diversos	20.1	(26.188)	25.795	(393)	(29.721)	30.377	656
Outras Receitas Operacionais	20.1	50.584	(43.620)	6.964	65.469	(44.186)	21.283
Outras Despesas Operacionais	20.1 / 20.4.2	(15.956)	(50.922)	(66.878)	(7.547)	(74.157)	(81.704)
Resultado da Atividade		528.698	83.059	611.757	465.398	73.145	538.543
Resultado Financeiro		(227.723)	(29.866)	(257.589)	(140.046)	(31.354)	(171.400)
Despesas financeiras		(721.371)	-	(721.371)	(529.271)	-	(529.271)
Receitas financeiras	20.1 / 20.4.2	493.648	(29.866)	463.782	389.225	(31.354)	357.871
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		300.975	53.193	354.168	325.352	41.791	367.143
Despesa com impostos sobre o lucro	20.1	(71.214)	(4.300)	(75.514)	(53.287)	-	(53.287)
Operações descontinuadas		-	4.379	4.379	-	-	-
Resultado líquido do exercício		229.761	53.272	283.033	272.065	41.791	313.856

21.1 Reclassificações de apresentação das demonstrações societárias

Diferenças de classificação e apresentação de determinados ativos e passivos, despesas e receitas entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias para atendimento ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e ao OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Dentre as reclassificações destacam-se a apresentação no societário de: despesas e receitas financeiras setoriais líquidas, reclassificações de saldos de P&D e PEE entre taxas regulamentares e serviços em curso, apresentação de multas por inadimplência como receita operacional, dentre outras.

21.2 Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ajustes são decorrentes de reclassificações acerca da forma de apresentação dos ativos e passivos financeiros que para fins societários, são apresentados líquidos de acordo com o efeito apurado entre circulante e não circulante e que para fins regulatórios são apresentados brutos conforme requer o MCSE.

21.3 Consumidores

Os ajustes realizados são oriundos da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão por ser aplicável apenas na contabilidade societária não gera impacto na regulatória. A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

21.4 Ativos financeiros de concessão

O ajuste refere-se ao ativo financeiro da concessão no âmbito societário, prática conflitante com as regulatórias, decorre da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, bifurcando assim o ativo imobilizado em duas parcelas:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no VNR classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

21.5 Imobilizado, intangível e obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

21.5.1 Reavaliação compulsória

O ajuste de reavaliação compulsória refere-se à diferença entre o Valor Original Contábil (VOC) e o VNR do ativo imobilizado em serviço, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, em decorrência da última Revisão Tarifária anterior à data de entrada em vigor dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas contábeis dos grupos de ativo imobilizado, intangível e obrigações vinculadas ao serviço público de energia, respectivamente, de acordo com a natureza do saldo de cada conta, em contrapartida da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

21.5.2 Depreciação e amortização

As divergências entre a depreciação regulatória e a societária referem-se à aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão e, ao registro contábil da reavaliação regulatória pela diferença entre o VOC e o valor do bem avaliado e aprovado pela ANEEL em cada ciclo de revisão tarifária.

21.6 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

21.6.1 Ativo financeiro

Em 11 de setembro de 2012, foi editada a Medida Provisória nº 579, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013 em 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Para assegurar a melhor estimativa do valor indenizatório ao término do período concessório, realiza-se mensalmente a revisão do valor justo do ativo financeiro, adotando-se como parâmetro de atualização o IPCA. Esta escolha fundamenta-se no fato de o IPCA constituir um dos principais índices de correção utilizados pelo órgão regulador nos processos anuais de reajuste tarifário.

Em 23 de novembro de 2015, mediante a Resolução Normativa ANEEL nº 686/2015, publicada no Diário Oficial da União, efetivou-se a alteração do índice de correção, com a substituição do IGP-M pelo IPCA. Esta mudança considerou igualmente as possíveis variações decorrentes da metodologia de apuração do Valor Novo de Reposição (VNR), garantindo a devida harmonização com os critérios regulatórios vigentes.

21.6.2 Ativo intangível

O efeito é decorrente do estorno do reconhecimento de custos adicionais e juros capitalizados em ordens em curso, reconhecidos na contabilidade societária e que serão amortizados até o prazo final da concessão. Esse ajuste é aceito na contabilidade societária e não é reconhecido na contabilidade regulatória.

21.6.3 Receita e custo de construção (resultado)

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão por ser aplicável apenas na contabilidade societária não gera impacto na regulatória. A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contrato com cliente, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

O referido CPC não é aceito na contabilidade regulatória.

21.6.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

O efeito é decorrente do estorno do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão. Esse ajuste refere-se a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional, no resultado do exercício societário. Isso é aceito na contabilidade societária e não é aceito na contabilidade regulatória.

21.7 Lucros acumulados

Os ajustes são decorrentes das práticas contábeis divergentes entre a contabilidade regulatória e societária, conforme evidenciado na nota explicativa nº 21 – Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório.

21.8 Reservas de lucros

Ajuste pela destinação do saldo residual do lucro regulatório para outras reservas de lucros após realizadas as destinações definidas na Assembleia calculadas com base no lucro societário.

21.9 Tributos Diferidos

Refere-se ao tributo diferido pela diferença do resultado, decorrentes das práticas contábeis entre a contabilidade societária e contabilidade regulatória.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



22 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) societário	1.498.135	1.434.331
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	248.039	286.565
Efeito Reavaliação regulatória compulsória (a)	283.503	312.226
Efeito Lucros ou prejuízos acumulados (b)	(35.464)	(25.661)
Patrimônio líquido regulatório	1.746.174	1.720.896

- (a) Efeito da reavaliação regulatória não reconhecida na contabilidade societária; e
(b) Efeito dos ajustes no lucro decorrente das diferenças entre práticas contábeis regulatórias e societárias.

23 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2025	2024
Lucro líquido societário	283.033	313.856
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(53.272)	(41.791)
Receita de construção – Nota explicativa 20.5.3	(659.636)	(508.374)
Custo de construção – Nota explicativa 20.5.3	659.636	508.374
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) – Nota explicativa 20.5.1	(10.221)	(3.512)
Depreciação – Nota explicativa 20.4.1/20.4.2	(37.196)	(32.498)
Ganhos e Perdas na Alienação – Nota explicativa 20.4	(6.009)	(5.629)
Efeito IFRS 15 – Nota explicativa 20.5.3	233	(152)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis - Nota explicativa 20.5.1	(79)	-
Lucro líquido regulatório	229.761	272.065

- (a) Efeito do reconhecimento inicial do CPC 48/IFRS 9.

24 Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2026, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 142, decorrentes do resultado do exercício.

Aumento de capital social

Em 25 de março de 2026, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a proposta para o aumento de capital no valor de R\$ 36.000, equivalente ao valor do excesso das reservas de lucros em relação ao montante do capital social da Companhia, sem emissão de novas ações, nos termos do art.269 § 1º da Lei das S.A , bem como a alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia.

Reajuste Tarifário

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou, no dia 28 de abril de 2026, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia com um efeito médio de 5,43%, com vigência à partir de 03 de maio de 2026 a 02 de maio de 2027. Para os consumidores conectados em média e alta tensão (comércio e indústria), o reajuste será de 7,80%, enquanto para aqueles conectados em baixa tensão (residenciais), o reajuste será 4,71%.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Marcos Antônio Souza de Almeida

Cícero Vladimir de Abreu Cavalcanti

Diretoria Executiva

Sérgio Ricardo de Andrade Oliveira
Diretor Presidente

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Henderson Rovay
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA-011842/O-3 S-AL